

24 JUL 1988

Espaço aberto

O reino da Jericolândia

FERNANDO PEDREIRA



Conta o grande Michel de Montaigne, autor dos Ensaíes e um dos maiores pensadores da época do Renascimento, que muitas das suas melhores e mais audazes idéias lhe vinham enquanto percorria a cavalo as terras de sua propriedade nas cercanias de Bordeaux, no oeste da França. Já o modesto escrevinhador destas linhas, cujas idéias são, no melhor dos casos, pedestres, costuma tê-las enquanto anda a pé, ao longo da orla do mar, nas praias litorâneas do belo e decadente estado do Rio.

Idéias eqüestres. Idéias apenas pedestres. Entre um pensador da Renascença, entretanto, e um simples cidadão destes nossos "tempos de segunda ordem" (Joseph Brodski), há de haver com certeza um espaço intelectual seguramente bem mais amplo do que a distância que separa o andarilho do cavaleiro.

O que haverá nesse espaço? Provavelmente, idéias também, embora de ordens ou categorias diversas das duas já citadas: nem eqüestres, nem, a rigor, pedestres. Idéias, por exemplo, de jerico, como tantas dessas que os nossos constituintes inscreveram na grande Constituição ulyssiana de 1988: os oito dias de licença de paternidade (que já não aproveitarão sequer ao presidente Figueiredo); o turno de seis horas; ou os escorchantes e inaceitáveis 12% ao ano de juros, do deputado Fernando Gasparian.

O jerico, sabemos-lo todos, é um animal teimoso e resistente, muito difundido no Nordeste, onde prolifera bastante bem (embora não seja originário da região) e, em geral, utilíssimo nas zonas mais áridas do planeta. Também chamado de asno, jegue ou jumento, ele é na verdade o pai legítimo, fisiológico, dos burros, os quais nascem do seu casamento com a fêmea do cavalo.

Embora o jegue, pois (e não o dicionário), seja o verdadeiro pai dos burros, não se deve confundir uma idéia de jerico com uma simples idéia burra. As idéias burras são mais comuns: elas se caracterizam pela estreiteza mental, pela visão curta, pela opacidade e, também, pela boa fé. (Vale notar, por exemplo, que o senador Covas, um político respeitável, sério e bem-intencionado, com freqüência se revela, na TV, um burro falante — e bem falante —, o que talvez se deva à sua formação profissional demasiado técnica, recheada de certezas matemáticas.)

Idéias de jerico, ao contrário das idéias burras, não ocorreriam nunca ao senador paulista, nem aos seus ilustres companheiros do PSDB. Essas idéias, na verdade, supõem boas doses de baixa esperteza, falsa ingenuidade e malícia, e são por isso capazes de bem servir aos propósitos imediatos dos seus autores, ainda que à custa de estragos generalizados em volta.

Ninguém, nem mesmo o presidente José Sarney, cometeria a injustiça de dizer que a Assembléia Constituinte (do seu parceiro Ulysses) não dispõe de uma fornida bancada de burros. Estes, entretanto, não são mais numerosos, nem mais perigosos, na Assembléia do que na Fiesp, por exemplo, ou na CUT, ou na instituição encabeçada pelo senador Albano Franco.

O mal da Constituinte, em verdade, não é a burrice, mas, ao contrário, a falsa esperteza que leva tantos dos seus membros a aprovarem por amplas maiorias idéias de jerico, freqüentemente nocivas não só ao País em geral, mas à própria Assembléia e à classe política que, com elas, se desmoralizam e aviltam.

O que estão fazendo esses

constituintes ordinários, estimulados pelo elogio e pela complacência do seu tripresidente, é ser-rar o galho sobre o qual assentam seu próprio poder e suas gordas mordomias. É envenenar as raízes de uma democracia recente, mas já envergonhada (e meio arrependida) de si mesma, por força dos vexames que nos fazem sofrer esses tristes cavalheiros brasilienses da tábola quadrada.

Muito se enganaria, entretanto, quem supusesse que a tropa de burros e jericos é mais numerosa e ativa de um lado da praça dos Três Poderes do que do outro. Ao contrário, se alguma coisa pode ainda tornar a Constituinte menos mal vista, aos olhos das pessoas decentes, essa coisa é o esforço que hoje faz o presidente José Sarney para imputar-lhe (a ela, Constituinte) a responsabilidade por um desastre próximo que ele próprio, Sarney, construiu peça por peça ao longo dos últimos três anos e meio.

Com a nova Constituição, diz o chefe do governo, o Estado brasileiro irá inevitavelmente à falência e se tornará ingovernável. Na verdade, sabemos todos que o Estado brasileiro já está falido e, isto, por uma simples razão: porque o presidente Sarney se mostrou até aqui incapaz de governá-lo, sob a presente Constituição, assim como certamente será incapaz de governá-lo também sob a próxima, venha ela como vier.

É sem dúvida necessário fazer, agora, no segundo turno da votação, todos os esforços possíveis para expungir da nova Constituição as piores asneiras que ela ainda contém. Mas é igualmente importante evitar que esses esforços permitam ao chefe da tropa, ao próprio rei da Jericolândia brasiliense, jogar sobre ombros alheios uma responsabilidade que é inapelavelmente sua e de seu atabalhado (des)governo.

Não é verdade que a futura Carta seja pior, ou mais desastrosa, do que a atual. Ao contrário, livre das mais graves jericadas, deve-se reconhecer que ela reduzirá os poderes e recursos do Executivo, favorecerá a fiscalização dos seus atos, e descentralizará saudavelmente verbas e atribuições. O que há de ser certamente uma excelente coisa, um primeiro passo (ainda tímido) na direção certa, pois todos sabemos que a grande fonte dos nossos males atuais é a desmesurada montanha de poderes e recursos concentrada nas mãos do chefe de Estado.

Com essa ou aquela Constituição, entretanto, o que o Brasil urgentemente precisa é de um governo sério e competente, capaz de controlar e conter os próprios gastos, ao contrário deste atual que se finge de austero e sensato enquanto, por baixo do pano, continua a atirar lenha na fogueira inflacionária.

Uma inflação "estável" da ordem de 20% ao mês representa o mais perverso, anti-social e iníquo tributo possível. Para os assalariados e para a grande maioria do povo, que não pode dispor sequer da precária defesa das contas remuneradas e das aplicações financeiras, pior que uma inflação como essa só uma guerra externa, ou a convulsão da guerra civil.

Sabemos todos, além do mais, que esses índices são maquiados, fajutos. O governo não controla a inflação, mas controla (tanto quanto pode) os seus índices. Apesar da URP, quanto terão perdido os assalariados, em termos reais, nos últimos 12 meses?

Salvo um milagre, e os milagres, hoje, são pouco freqüentes, não parece que a Nova República possa salvar-se senão quando deixar de ser (se algum dia deixar de ser) a República do mandacaru e do jerico, a República patrimonialista do PMDB e do PFL e dos seus dois chefes de tropa, Sarney e Ulysses.

Esperemos que, até lá, a corda não arrebente.

Fernando Pedreira é jornalista e ex-redator-chefe do Estado e do Jornal do Brasil.